

A. I. N° - 210943.0025//09-3
AUTUADO - COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S.A.
AUTUANTE - CARLOS LÁZARO DE ANDRADE
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET 03.11.2010

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0271-05/10

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. (OPERAÇÃO COM ÓLEO LUBRIFICANTE). FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Os documentos do SISCOMEX trazidos aos autos comprovam que a mercadoria teve como destino navio de bandeira estrangeira estacionado em porto baiano, como indicado nas notas fiscais que acobertavam o seu transporte, portanto, trata-se de operações não sujeitas à incidência do ICMS, conforme art. 583 do RICMS-BA. Infração elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 22/10/2009, refere-se à exigência de R\$ 15.991,10 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de retenção e conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia.

O autuado apresenta impugnação às fls. 38 a 41, alegando que conforme consta da autuação fiscal, as Notas Fiscais n°s 89607, 89608 e 89712, todas referente à venda de lubrificante para embarcação estrangeira, foram glosadas, sob a premissa de que os incisos I e III do artigo 583 do RICMS-BA não teriam sido atendidos. Diz que, para tanto, faz-se necessário transcrever o referido dispositivo legal, que transcreve, para de fato, saber-se se foi ou não violada tal regra.

Para se demonstrar que o dispositivo citado foi atendido, junta cópia dos seguintes documentos:

1. Notas Fiscais n°s 89712, 89608 e 89607, onde consta que no corpo das mesmas há mensagem de que o lubrificante vendido destina-se ao uso e consumo de lubrificante por embarcação estrangeira, neste particular a “SUN ENTERPRISES”;
2. Registro de operações de exportação, do SISCOMOX arrolando as notas fiscais supracitadas, onde se comprova a exportação, bem como que a mercadoria foi paga por moeda estrangeira, neste caso, dólar norte americano (docs. 07 e 08).

Concluindo, requer:

- a) declaração de procedência da Impugnação;
- b) julgamento insubsistente do Auto de Infração;
- c) arquivamento do PAF.

O autuante apresenta informação fiscal às fls. 68 e 69, dizendo que a reclamação fiscal decorre do descumprimento de condição imposta em acordo celebrado entre os estados para que a não-incidência do ICMS sobre a exportação de mercadorias seja aplicada às saídas destinadas a uso ou consumo de embarcações de bandeira estrangeira ancoradas no País, de maneira que, nos termos do art. 11 do RICMS-BA, o imposto foi considerado devido, pois na data da lavratura do Termo de Apreensão e Ocorrências (fl. 5) não havia sido emitida trata o art. 583 do RICMS-BA, que implementou as regras do Conv primeira e seu inciso I, transcreve.

Fala que o registro de operações de exportação nº 09/1387525-001 (fl. 53 a 55) foi realizado em 26/10/2009, ou seja, em momento posterior aos procedimentos fiscais, pois uma análise dos elementos (UF despacho e embarque, nome do importador, nº dos DANFES) da certidão de registro de exportação nº 09/1342818-001 (fls. 56 e 58) o leva à conclusão de que a mesma não deve ser considerada por não guardar relação a presente operação.

Transcreve o art. 11 do RICMS-BA, para concluir que se a operação se encontrava amparada por Guia de Exportação, nos termos do acordo interestadual e do regulamento do ICMS, deve ser declarada a procedência da presente exação.

VOTO

Trata o Auto de Infração de exigência de ICMS por falta de retenção e conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia.

O autuado impugna o lançamento alegando que as operações acobertadas pelas Notas Fiscais nºs 89607, 89608 e 89712, referem-se a venda de lubrificante para embarcação estrangeira e foram glosadas, sob a premissa de que os incisos I e III do artigo 583 do RICMS-BA não teriam sido atendidos, mas que nas notas fiscais consta mensagem de que o lubrificante vendido destina-se ao uso e consumo de lubrificante por embarcação estrangeira; registro de operações de exportação do SISCOMEX arrolando as notas fiscais supracitadas, bem como que a mercadoria foi paga por moeda estrangeira.

Por sua vez, o autuante confirma que a reclamação fiscal decorre do descumprimento de condição imposta em acordo celebrado entre os estados para que a não-incidência do ICMS sobre a exportação de mercadorias seja aplicada às saídas destinadas a uso ou consumo de embarcações de bandeira estrangeira ancoradas no País, de maneira que, nos termos do art. 11 do RICMS-BA, o imposto foi considerado devido, pois na data da lavratura do Termo de Apreensão e Ocorrências não havia sido emitida a guia de exportação de que trata o art. 583 do RICMS-BA, que implementou as regras do Convênio ICM 12/75.

Falou que o registro de operações de exportação nº 09/1387525-001 (fl. 53 a 55) foi realizado em 26/10/2009, ou seja, em momento posterior aos procedimentos fiscais, pois uma análise dos elementos (UF despacho e embarque, nome do importador, nº dos DANFES) da certidão de registro de exportação nº 09/1342818-001 (fls. 56 e 58) o leva à conclusão de que a mesma não deve ser considerada por não guardar relação a presente operação.

Analizando os autos, constato que, de fato, razão assiste ao contribuinte, pois os documentos que acostou à Defesa, em especial, o extrato SISCOMEX de fl. 54, relativo ao Registro de Exportação nº 09/1387525-001, tendo como importador o destinatário constante dos documentos fiscais, confirma a exportação da mercadoria constante das Notas Fiscais nºs 89607, 89712 e 89608, vez que destinada ao navio EVROS estacionado no porto de Aratu, e que foram objeto do lançamento tributário em questão.

Vejo que as operações atendem à disposição do art. 583 do RICMS-BA, inclusive indicando nas notas fiscais que as operações não estão sujeitas à incidência tributária do ICMS, conforme art. 581.

De todo modo, não há que se falar em ICMS a favor da Bahia, pois, o destinatário não é contribuinte deste Estado e nem se vislumbra inidoneidade das notas fiscais para enquadrá-las em qualquer das situações do art. 209 do RICMS-BA, para se exigir o tributo a favor da Bahia. Tampouco há que falar em descumprimento de condição para reconhecimento de benefício fiscal conforme previsto no art. 11 do RICMS-BA, como argui o autuante na informação fiscal, vez que deste instituto não se trata o caso em tela.

Quanto ao fato dos registros das exportações terem sido efetuados em momento posterior aos procedimentos fiscais, por óbvio, diferentemente é que não poderia ocorrer, uma vez que tal registro apenas se processa por ocasião do desembaraço aduaneiro no porto para onde a mercadoria estava em trânsito regular.

Assim, diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210943.0025/09-3**, lavrado contra - **COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S.A.**

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de outubro de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

JORGE INÁCIO DE AQUINO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA